

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

27/09/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Proposta da Câmara reduz receita do Refis a metade, prevê Fazenda

Após semanas de negociação, o texto do Refis chegou a um formato "quase final" nesta terça-feira (26), segundo o relator do projeto na Câmara, Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG). O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que pretende iniciar a votação nesta quarta-feira (27) pela manhã. Integrantes da equipe econômica do Ministério da Fazenda insistiam para que a negociação fosse concluída apenas após o retorno nesta quarta do ministro Henrique Meirelles de viagem à Inglaterra. No entanto, o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), informou que a votação não depende da volta do ministro. Pelo texto, segundo Cardoso Jr., empresas com dívidas de até R\$ 15 milhões terão condições mais favoráveis no programa de refinanciamento de passivos com o fisco. Será permitido o uso de créditos de prejuízos fiscais, até este limite, para abater os débitos inscritos na dívida ativa da União. Até agora, a Fazenda resistia ao uso de créditos na dívida ativa por entender que essa arrecadação é garantida, uma vez que foram esgotadas todas as possibilidades de contestação pelas empresas. No caso dos débitos com a Receita, o uso já era autorizado.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/09/2017

Senado discute texto que facilita demissão de servidor público

O Senado Federal discute uma proposta que pode resultar na exoneração de servidores municipais, estaduais e federais que tiverem avaliação insuficiente. O projeto de lei complementar que está na pauta da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) prevê a criação de exames regulares para avaliar o desempenho do funcionalismo. A proposta é de autoria da senadora Maria do Carmo (DEM-SE) e relatado por Lasier Martins (PSD-RS). De acordo com a senadora, a ideia é regulamentar o artigo 41 da Constituição, que prevê casos em que servidor com estabilidade pode perder o cargo. Uma das possibilidades previstas no texto constitucional é "mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar". Inicialmente, o projeto previa avaliação semestral para servidores públicos municipais, estaduais e federais. O servidor poderia ser exonerado caso obtivesse notas inferiores a 30% da pontuação máxima por quatro avaliações consecutivas ou desempenho abaixo de 50% em cinco das últimas dez provas. O texto foi modificado por Lasier, que ampliou a periodicidade das avaliações de seis meses para um ano.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/09/2017

Paulo Paim diz que reforma da Previdência só atingirão os pobres e a classe média

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a proposta de reforma da Previdência por considerar que as medidas só atingirão os pobres e a classe média. Ao ressaltar que a Previdência tem R\$ 1 trilhão a receber em tributos, o senador sugeriu que a reforma deveria cobrar os bancos e os grandes devedores, além de melhorar a gestão previdenciária. Paulo Paim lembrou que a população da Suíça, consultada em referendo, rejeitou a mudança nas regras de aposentadoria. O senador disse esperar que os trabalhos da CPI da Previdência convençam a opinião pública de que as reformas não são necessárias.

- Nós vamos mostrar que a questão da Previdência no Brasil é de gestão, é de fiscalização, é de combate à corrupção. Se garantirmos que isso seja feito, com certeza a nossa Previdência vai dar superávit por décadas - afirmou. Paim também leu mensagem da prefeita de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que chama atenção para os cortes de recursos federais para o sul do estado. Segundo a prefeita, a redução de repasses para instituições federais na região podem levar a uma diminuição da qualidade dos serviços públicos e causar aumento do desemprego e da insegurança.

Leia mais: Agência Senado - <http://cni.org.br/html/noticias.htm>

Criação de empregos ajudará a reduzir desigualdade, diz Meirelles

A criação de condições para que o Brasil crie mais empregos é essencial para que o país comece a reduzir a desigualdade, disse nesta segunda-feira (25) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Em entrevista a jornalistas após uma palestra em Londres, cujo áudio foi divulgado pela assessoria do ministério, Meirelles disse que as reformas propostas pelo governo têm o objetivo de fazer o país voltar a crescer de forma sustentada.

"O que nós estamos construindo é um Brasil que cresça mais, que crie mais empregos e que possa distribuir mais a renda. Existem diversas formas de distribuir renda. Uma delas é a mais eficaz de todas é criar emprego. Segundo, criar empregos cada vez melhores. Terceiro, criar condições macroeconômicas que baixem a inflação, porque a inflação penaliza os de renda menor", disse o ministro ao comentar relatório da organização não governamental britânica Oxfam que apontou a forte desigualdade no Brasil.

Segundo o estudo, os seis maiores bilionários brasileiros têm o mesmo patrimônio que os 100 milhões mais pobres. O levantamento mostrou também que os super-ricos pagam menos tributos que os 10% da população brasileira que ganham menos. De acordo com Meirelles, o levantamento revela uma situação histórica no Brasil, e o caminho para redistribuir renda é ter um governo mais enxuto e que gaste com mais racionalidade. Mesmo assim, o ministro ressaltou que os programas sociais estão sendo expandidos.

"O Brasil aumentar o custo da sua máquina não distribui renda. Os programas sociais estão mantidos, na verdade estão sendo expandidos. O que precisamos é ter um governo mais eficiente e enxuto. Isso vai gerar mais recursos para consumo, investimentos e empregos, na medida em que se possam ter discussões mais aprofundadas [sobre a distribuição de renda]", declarou o ministro.

Meirelles citou estudos recentes segundo os quais o crescimento econômico dos últimos anos não melhorou significativamente a redistribuição de renda no Brasil. Para ele, o aumento dos gastos públicos não é a forma mais eficaz de combater a desigualdade. "O crescimento do governo nos últimos anos não melhorou a distribuição de renda no Brasil. O importante é fazer o contrário: criar mais empregos, menos inflação, menos juros e mais renda", acrescentou.

Reforma da Previdência

Segundo o ministro, a aprovação da reforma da Previdência é essencial para que o país não enfrente desequilíbrios graves nas contas públicas nos próximos anos. Ele ressaltou que o governo está empenhado em fazer a proposta avançar no Congresso, mas não se comprometeu com um prazo de votação. "Agora é uma questão de discussão. O projeto foi apresentado, discutido pela comissão especial e aprovado lá com modificações. Agora está preparado para ser discutido em plenário. O importante é que estamos enfrentando esse problema". Os juros e a inflação, ressaltou Meirelles, só estão caindo por causa da expectativa da aprovação das reformas. Segundo ele, a população está sentindo o benefício, principalmente por meio da reação do emprego, que voltou a crescer nos últimos meses.

"Os juros no Brasil estão caindo. A inflação está caindo. Isso está beneficiando a população de uma forma muito importante. Uma das razões é exatamente a expectativa das reformas, principalmente desta reforma [da Previdência]. É muito importante que o Brasil comece a criar empregos. Já começou a criar. É importante que esse número cresça", disse. Meirelles advertiu que, se a reforma da Previdência não for aprovada logo, sobrarão menos dinheiro para despesas fundamentais do governo, como saúde, educação e obras públicas, por causa do teto de gastos. Segundo ele, a aprovação do limite de gastos e da reforma trabalhista indica que o Congresso tem condições de aprovar as mudanças na Previdência e permitir que o país volte a crescer. "Se a reforma não for feita, dentro de um tempo 80% do Orçamento público será usado para a Previdência. Não teremos dinheiro para a saúde, a educação e investimentos. Nas minhas conversas com parlamentares, de todos os partidos, com exceção da oposição, a estratégia que estou usando é dizer a verdade e esclarecer o que precisa ser feito pelo país", declarou.

Leia mais: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>